



ACÓRDÃO Nº732/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11784/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUMDECON.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Mendes Lasmar – OAB/AM 5933.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1592/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - FUMDECON. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FUMDECON, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Sr. **Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo**, Secretário Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao Sr. **Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo**, Secretário Municipal de Defesa do Consumidor e Ouvidoria e Ordenador de Despesas, no período de 01.01.2020 a 03.04.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº732/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Ausência de justificativas sobre o atraso no envio da movimentação contábil do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, encaminhada por meio do Sistema e-Contas fora do prazo estabelecido pela LC nº. 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, II, com nova redação dada pela LC nº. 24/2000 e Resolução nº 13/2015-TCE;

10.3.2. Ausência do exemplar do Diário Oficial que tenha publicado os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais;

10.3.3. Justificar a ausência de informação no sistema e-Contas da movimentação financeira do exercício e de como foi aplicado o valor arrecadado.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 17ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Maio de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em sessão

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral